

PRODUTORES ENERGÉTICOS DE MANSO S.A. - PROMAN

NOTAS EXPLICATIVAS DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013

1. CONTEXTO OPERACIONAL

Produtores Energéticos de Manso S.A. – PROMAN (a “Companhia”), com sede na Cidade do Rio de Janeiro, no Estado do Rio de Janeiro, foi constituída em 10 de dezembro de 1997, tendo como objeto a exploração, em consórcio firmado com as Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. - ELETRONORTE, posteriormente transferido para Furnas Centrais Elétricas S.A. (“Furnas”), sob regime de concessão, do Aproveitamento Múltiplo de Manso - APM Manso (o “Empreendimento”), constituído basicamente pela Usina Hidroelétrica de Manso e suas quatro unidades geradoras. O referido consórcio foi firmado em 18 de dezembro de 1997, com a denominação de Consórcio APM Manso (o “Consórcio”), tendo como empresa líder Furnas, com o objetivo de concluir e manter a operação do Empreendimento e seu Sistema de Transmissão Associado. A participação da Companhia no montante dos investimentos para a conclusão do Empreendimento realizado pelo Consórcio foi de 33,33%, sendo que, a partir de 14 de novembro de 2000, mediante Terceiro Termo Aditivo ao contrato de constituição do Consórcio, a Companhia passou a arcar, na proporção de 30%, com os custos referentes às melhorias, à reposição de sobressalentes e à parcela contratada com terceiros dos serviços especiais e dos serviços de reparos nas estruturas civis. A participação da Companhia na energia assegurada a ser gerada pelo Empreendimento é de 30% (“cota-parte”).

A concessão para exploração do Empreendimento pelo Consórcio é regulada pelo Contrato de Concessão nº 010/2000, firmado com a Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, em 10 de fevereiro de 2000, sendo o prazo de vigência da referida concessão de 35 anos, contados a partir dessa data. O referido prazo poderá ser prorrogado, a critério da ANEEL, na forma da legislação em vigor, quando do término do Contrato de Concessão, mediante requerimento do Consórcio, desde que a exploração do Empreendimento esteja ocorrendo nas condições estabelecidas no referido Contrato de Concessão, na legislação do setor de energia elétrica e que atenda aos interesses dos consumidores.

O Empreendimento é operado e mantido por Furnas, e suas quatro unidades geradoras iniciaram suas operações durante os exercícios de 2000 e de 2001.

Em 9 de junho de 2000, a Companhia firmou com Furnas, tendo como interveniente-garantidora a Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – ELETROBRÁS, Contrato de Compra e Venda de Energia (o “Contrato”) que regula todos os direitos e obrigações na venda à Furnas da cota-parte da energia assegurada à Companhia no Empreendimento, correspondente aos seguintes montantes:

<u>Ano</u>	<u>Energia assegurada em MWh/ano</u>
2000	37.796,23
2001	695.267,38
2002 e 2003	544.276,74
2004	525.186,95
2005	434.510,44
2006	392.745,44
2007 a 2031	30.469,75
até 11/2032	22.313,63
dez/32	8.156,12
2033 e 2034	28.308,59
2035	3.289,46

Dessa forma, mediante o Contrato, a Companhia estará vendendo à Furnas, tendo esta se obrigado a comprar, no período de concessão, a totalidade da energia a que tem direito a Companhia, conforme mencionado anteriormente, ao preço unitário de R\$ 36,98/MW, base abril de 1997, corrigido pela variação do Índice Geral de Preços Disponibilidade Interna – IGP-DI (“IGP-DI”). O preço unitário da energia faturada para o exercício de 2014, devidamente atualizado, é de R\$ 144,98/MW (tarifa de 2013: R\$ 137,40/MW). O estoque de MWh garantido a PROMAN (Contrato de Concessão) e comprometido à venda para FURNAS, durante o período compreendido entre 2014 a 2035, correspondem a 638.831,89 MW equivalente a R\$ 92.678 mil ao preço que está sendo faturada, no decorrer desse exercício.

Em 31 de dezembro de 2013 o prejuízo acumulado, O Patrimônio Líquido e o Capital Circulante Líquido Negativo da Proman eram de R\$ 12,6 mil, R\$ 1.087,4 mil e R\$ 2.146,0 mil, respectivamente. Os resultados dos últimos anos possibilitaram a redução do prejuízo acumulado. A continuidade do desempenho positivo da Cia

permitirá a eliminação do saldo remanescente do prejuízo acumulado e a redução da negatividade do capital circulante líquido.

No encerramento do exercício de 2013, a empresa acumulou um Resultado positivo equivalente a R\$ 218,2 mil, ou seja, podemos verificar que os índices apresentados demonstram que a empresa vem auferindo lucro, revertendo, paulatinamente os resultados apresentados nos últimos exercícios.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1 ASPECTOS GERAIS

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com o BR GAAP e com o IFRS, uma vez que a companhia não possui investimento em controlados e coligadas e a única diferença entre essas práticas é aplicável para Demonstrações Financeiras separadas em função da avaliação dos investimentos em controladas, pelo método de equivalência patrimonial no BR GAAP, enquanto para fins de IFRS seria pelo custo ou valor justo.

A autorização para conclusão da preparação destas demonstrações financeiras ocorreu em 14 de fevereiro de 2014.

2.2. Principais práticas contábeis adotadas na elaboração das demonstrações financeiras

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas na preparação do Balanço Patrimonial apurado em 31 de dezembro de 2013.

(a) Apuração do Resultado

As receitas de vendas são apresentadas pelo valor bruto, ou seja, inclui os impostos incidentes sobre as mesmas, os quais estão apresentados como contas redutoras das receitas. O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência de exercício. As receitas são reconhecidas no

resultado quando seu valor pode ser mensurado de forma confiável, todos os riscos e benefícios inerentes ao produto e/ou serviços são transferidos ao comprador.

(b) Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras estão apresentadas em reais (R\$). O real é a moeda funcional e a principal moeda do ambiente econômico em que a companhia opera.

(c) Caixa e Valores Equivalentes

Caixa compreende numerário em espécie e depósitos bancários disponíveis; equivalentes de caixa são aplicações financeiras de curto prazo, alta liquidez e são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, essa definição também é utilizada na Demonstração do Fluxo de Caixa.

(d) Ativos financeiros

A companhia classifica seus ativos financeiros sob a categoria de empréstimos e recebíveis. A administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial. A companhia não possui ativos financeiros classificados como disponíveis para venda, mensurados ao valor justo através do resultado e mantidos até o vencimento.

(e) *Impairment* de ativos financeiros

A companhia avalia no final de cada período do relatório se há evidência objetiva de que o ativo financeiro está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e os prejuízos de *impairment* são incorridos somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um “evento de perda”) e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável. Como um expediente prático, a companhia pode mensurar o *impairment* com base no valor justo de um instrumento utilizando um preço de mercado observável.

(f) Clientes

Os recebíveis são decorrentes da venda de energia elétrica assegurada para Furnas, conforme estabelecido em contrato e termos aditivos.

(g) Outros ativos e passivos

Um passivo é reconhecido no balanço quando a companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

(h) Imobilizado

Representado por ativos geradores de energia, provenientes dos investimentos iniciais da APM Manso, registrados ao valor de custos, acrescidos dos juros incorridos e demais encargos financeiros relacionados aos recursos obtidos de terceiros para a construção do Empreendimento, que foram ativados até as datas de início das operações de cada uma das quatro unidades geradoras do Empreendimento.

As taxas anuais de depreciação do ativo imobilizado são aquelas indicadas na Nota 5, e vêm sendo quantificadas proporcionalmente em relação à demanda assegurada de energia no decorrer de cada exercício, conforme mencionado na Nota 1, considerando o período de concessão e de início de operação de cada unidade geradora.

(i) Obrigações tributárias

Referem-se aos impostos e contribuições pertinentes aos preceitos legais, e relacionados às atividades operacionais; além disso, da obrigatoriedade da taxa de fiscalização dos serviços de energia elétrica – TFSEE/ANEEL, os valores estão registrados a valor presente.

(j) Resultado por Ação

Calculado com base na quantidade de ações, excluídas aquelas mantidas em tesouraria, na data do encerramento dos balanços.

(k) Informação por segmento

Um segmento operacional é um componente da companhia que desenvolve atividades de negócio das quais pode obter receitas e incorrer em despesas, incluindo receitas e despesas relacionadas com transações com outros componentes da Companhia. A Companhia possui um único segmento de negócio.

(l) Uso das estimativas

Na elaboração das demonstrações financeiras é necessário utilizar estimativas para certos ativos, passivos e outras transações. As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

3. Instrumentos Financeiros por Categoria

	Empréstimos e recebíveis	Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado	Total
Caixas e Bancos	-	809	809
Contas a receber de clientes	349	-	349
	349	809	1.158

	Passivos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado	Outros passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado	Total
Fornecedores	-	177	177
Debêntures	-	17.924	17.924
	-	18.101	18.101

4. CONTAS A RECEBER

Corresponde aos valores a receber de Furnas relativamente à energia assegurada do mês de dezembro de 2013, prevista no Contrato mencionado na Nota 1, no montante de R\$ 348,9 mil, a ser recebido em janeiro de 2014.

5. IMOBILIZADO

Descrição	Custo	Depreciação acumulada	2013	2012
Terrenos	3.488	-	3.488	3.488
Reservatórios e barragens	5.518	(4.602)	916	959
Edificações	11.435	(9.241)	2.194	2.276

Sistemas de processamento e dados	4	(4)	-	-
Máquinas e equipamentos	63.301	(53.100)	10.201	10.709
Efeitos financeiros e Energia Consumida	13.518	(11.266)	2.252	2.361
Total Imobilizado	97.264	(78.212)	19.051	19.793

As taxas de depreciação adotadas para a totalidade dos bens do ativo imobilizado tomam como premissa única e exclusiva, a proporcionalidade da energia assegurada em cada exercício em relação ao total de energia assegurada, conforme mencionado na Nota 1, que ocorrerá durante o período de concessão de 35 anos. O início da depreciação dos bens do ativo imobilizado ocorreu em quatro momentos distintos (novembro de 2000 e fevereiro, março e maio de 2001), demarcados pela entrada em operação das quatro unidades geradoras. Estão relacionadas a seguir as taxas de depreciação adotadas para cada exercício social.

Taxa de depreciação anuais

Ano	Anual (%)
2000 (*)	0,94
2001	17,27
2002 e 2003	13,52
2004	13,03
2005	10,78
2006	9,74
2007 a 2032	0,76
2033 e 2034	0,68
2035	0,08
Total	100,00

(*) Corresponde apenas ao mês de dezembro.

Ao término do período de concessão, ou do prazo de prorrogação que possa vir a ser concedido, conforme mencionado na Nota 1, a Companhia reverterá para a União Federal os bens correspondentes ao Empreendimento, se houver exigência desta, sendo indenizada em conformidade com as determinações contidas na legislação vigente, observando-se os valores e datas da incorporação desses bens à União Federal.

O imobilizado está registrado por valores não superiores ao seu respectivo valor de recuperação. Este último valor foi determinado com base no fluxo de recursos que será gerado por tais ativos e considera todos os eventos e circunstâncias esperadas no curso normal dos negócios.

6. DEBÊNTURES

Em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária dos Acionistas, realizada em 19 de outubro de 2001, rerratificada nos termos da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 20 de dezembro de 2001, foi aprovada a primeira emissão pública, com data-base de 19 de outubro de 2001, de debêntures nominativas sem série única, conversíveis em ações preferenciais, pela Companhia, com interveniência de seus acionistas.

Essa emissão, cuja distribuição foi encerrada em 1º de novembro de 2002 foi composta por 10.000 debêntures, com preço unitário, na data de emissão, de R\$3.700,00.

O montante da emissão correspondeu a R\$37.000 mil e foi subdividido em: (i) valor nominal total de R\$19.600 mil e; (ii) prêmio de emissão total com valor de R\$17.400 mil.

Conforme escritura de emissão, o valor de emissão das debêntures foi atualizado, pro-rata-die, até a data da efetiva subscrição pela variação do IGPM, divulgado pela Fundação Getúlio Vargas.

O prêmio de emissão foi contabilizado em conta de reserva de capital, nos termos do artigo 182 da Lei nº 6.404/76.

A reserva constituída com o referido prêmio foi integralmente utilizada para o resgate e posterior cancelamento de 1.000.000 de ações ordinárias, sem redução do capital social da Companhia, conforme aprovado em Assembleia Geral Extraordinária realizada no dia 20 de novembro de 2002.

As debêntures passaram a ter participação de 100% dos resultados da Companhia, a partir de janeiro de 2002.

Em Assembleia de Debenturistas e da 7ª Reunião do Conselho de Administração, realizadas em 13 e 20 de junho de 2006, foi deliberada a alteração da forma de cálculo da remuneração, com a inserção do item 4.5.1.1 no Instrumento Particular de Escritura da 1ª emissão pública de debêntures conversíveis em ações, em série única.

“Fica estabelecido que, a partir do mês de junho de 2006, as Debêntures em circulação desta emissão perceberão a título de remuneração mensal, rendimentos variáveis equivalentes a 10% de participação no Resultado Operacional Disponível – RODI, apurado pelo regime de competência.”

Na Assembleia de Debenturistas, realizada em 29 de abril de 2008 foi deliberada a alteração da forma de cálculo da remuneração, a partir deste mês os debenturistas receberão rendimentos variáveis a razão de 50% (cinquenta por cento) no Resultado Operacional Disponível, apurado pelo regime de competência.

Na Assembleia de Debenturistas, realizada em 26 de abril de 2012 foi deliberada a alteração da forma de cálculo da remuneração, a partir do mês de abril de 2012 os debenturistas receberam rendimentos variáveis a razão de 75% (setenta e cinco por cento) no Resultado Operacional Disponível, apurado pelo regime de competência.

Por fim, na Assembleia de Debenturistas, realizada em 28 de outubro de 2013 foi deliberada a alteração da forma de cálculo da remuneração, a partir deste mês os debenturistas receberão rendimentos variáveis a razão de 100% (cem por cento) no Resultado Operacional Disponível, apurado pelo regime de competência.

O prazo de vencimento das debêntures ocorrerá quando da dissolução ou liquidação da Companhia, exceto quando da ocorrência de eventos que ensejem o seu vencimento antecipado, conforme previsto no Instrumento Particular de Escritura da referida emissão.

O saldo do valor nominal das debêntures foi classificado no passivo não circulante, e, no passivo circulante, encontra-se classificado o somatório de dois valores, quais sejam: (i) valor da participação do mês de dezembro de 2013; e (ii) diferenças mensais apuradas entre as remunerações devidas aos debenturistas, calculadas mediante as condições estabelecidas no item 4.5 da escritura de primeira emissão de debêntures e a disponibilidade de caixa da Companhia.

A seguir, a movimentação das debêntures no exercício findo em 31 de dezembro de 2013:

	2013	2012
Saldo Inicial	18.480	19.185
Participação nos Lucros	1.147	868
Amortizações da Participação	(1.703)	(1.573)
Saldo Final	17.924	18.480
Passivo Circulante	3.714	4.270
Passivo Não Circulante	14.210	14.210

De acordo com escritura das debêntures, as sobras de caixa devem ser utilizadas para amortizar, primeiramente, o passivo circulante e, após amortização total dessa conta, as sobras de caixa apuradas passam a ser utilizadas na amortização do valor nominal dos títulos.

Como podemos verificar, durante o exercício de 2013, foram feitas amortizações parciais do passivo circulante.

7. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social subscrito e integralizado

	Quantidade de Ações	
	2013	2012
Acionistas		
Bull Finance	28.500	28.500
Fapes	20.000	20.000
Fundação Real Grandeza	20.000	20.000
Aceprev	15.000	15.000
Geiprev	12.400	12.400
Investprev	4.100	4.100
Total	100.000	100.000

Todas as ações em que se divide o capital social da Companhia são ordinárias nominativas, sem valor nominal.

b) Apropriação do lucro

De acordo com o estatuto social, os lucros líquidos auferidos em cada exercício, que a partir de 2002, passam a contemplar o reconhecimento da participação devida aos debenturistas, conforme mencionado na Nota 6, serão destinados, em ordem de preferência, a (i) dedução do prejuízo acumulado e a provisão para o imposto de renda; e (ii) o saldo remanescente destinar-se-á: (ii.a) 5% (cinco por cento) para constituição da reserva legal, até que a mesma atinja 20% (vinte por cento) do capital social ou o limite previsto no §1º do artigo 193 da Lei 6.404/76; (ii.b) pagamento de dividendos obrigatórios a razão de 25% (vinte e cinco por cento) a todos os seus acionistas; e (ii.c) o saldo que houver, destinar-se-á a retenção de lucros na forma do artigo 196 da Lei 6.404/76.

8. SEGUROS

Os seguros de risco de engenharia e performance dos equipamentos, em vigor durante o período de construção, montagem e comissionamento, estavam vinculados aos contratos de construção e fornecimento, e portanto foram contratados pelas empresas encarregadas das obras civis e pela empresa fornecedora de equipamentos.

Conforme o terceiro termo aditivo ao contrato firmado com Furnas, durante o período de operação do Empreendimento, o seguro geral ficou a cargo e foi efetuado por essa empresa.

9. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Não é prática da Companhia, operar com os derivativos financeiros para evitar exposições de risco, pois conforme definido na escritura de emissão das debêntures em circulação, a disponibilidade de caixa é distribuída aos titulares das debêntures, ademais, a empresa não contraiu outros financiamentos que possam, eventualmente, proporcionar esse tipo de exposição para a Companhia.

10 OUTRAS INFORMAÇÕES

- A condição de venda da totalidade da energia garantida a PROMAN foi definida pelo contrato de compra e venda de energia elétrica – CCVE celebrado com FURNAS – compradora.

- A Companhia tem projetado um faturamento médio anual no valor presente de R\$4.418 mil, suficientes para o cumprimento de suas obrigações, em especial, o pagamento de remuneração e resgate total das debêntures em circulação.
- Os investimentos na sua unidade geradora de negócios se encontram 80,41% depreciados.

* * *

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

- Thiago de Resende Andrade – Presidente do Conselho**
- Attílio Guaspari – Conselheiro**
- Marcia de Luca Michelli – Conselheira**
- Milton Luis de Araújo Leobons - Conselheiro**

DIRETORIA

- Attílio Guaspari Diretor – Presidente.**
- Nanci Turíbio Guimarães – Diretora de Relações com Investidores**

CONTADOR RESPONSÁVEL

- Nadia Iracema Duhau Bulhões Damaceno**
- TC-CRCRJ –078747- 9.**